



CARLOS
MANUEL
ANTUNES
BERNARDES

Assinado de forma
digital por CARLOS
MANUEL ANTUNES
BERNARDES
Dados: 2021.01.19
09:45:20 Z

AJUSTE DIRETO

[Nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP)]

Processo n.º AD/S.00003.2021

CADERNO DE ENCARGOS

**Aquisição de Serviços de Remoção de Lamas e
Desobstrução/Limpeza de Coletores e Caixas de Visita para o ano
de 2021**

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que nos termos das cláusulas do presente Caderno de Encargos, tem por objeto a **Aquisição de Serviços de Remoção de Lamas e Desobstrução/Limpeza de Coletores e Caixas de Visita para o Ano de 2021**, até ao limite de **200 horas**.

Cláusula 2.ª

Prazo de execução do contrato

O contrato será executado ao longo do ano de 2021, iniciando a sua vigência aquando da sua assinatura e o seu termo a 31 de dezembro do mesmo ano, podendo ocorrer em data anterior, caso seja, entretanto, atingido o preço contratual.

Cláusula 3.ª

Preço base

O preço base que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar é de **15.000,00€ e um preço/hora de 75,00€** (sem IVA incluído).

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos, ou nas cláusulas do contrato, decorrem para o adjudicatário a seguinte obrigação principal:

- a) Obrigação de executar o contrato de acordo com as cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos e da proposta adjudicada;
- b) Obrigação do cumprimento do tempo de resposta para a prestação dos serviços, no prazo indicado na proposta;
- c) Obrigação de manter, durante o prazo de execução do contrato, a prestação dos serviços no âmbito dos requisitos exigidos pelo regime jurídico do transporte de resíduos, por conta de outrem.

Cláusula 5.ª

Preço contratual

1. Pelo cumprimento dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, os SMAS TV devem pagar ao contratante o preço e condições constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço a pagar referido no número anterior, inclui todos os custos e encargos de despesa, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

Cláusula 6.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelos SMAS TV nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias a contar da (s) entrega (s) da (s) respetiva (s) faturas - a emitir, preferencialmente, em formato eletrónico, nos termos do artigo 299.º-B, do CCP - as quais devem conter a discriminação do fornecimento objeto do contrato e só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem.
2. Caso o cocontratante opte pela fatura em formato eletrónico, o envio deverá ser efetuado para o endereço de correio eletrónico comunicado pelos SMAS TV após teste de validação do ficheiro XML, acompanhado de um PDF com a imagem da fatura que deverá ser certificada digitalmente e ter os dados que obrigatoriamente devem constar da fatura, incluindo o número de compromisso.

3. Nas circunstâncias referidas no número anterior deve, antes do envio da primeira fatura pelo cocontratante, ser efetuado obrigatoriamente um teste para despistar possíveis problemas de formato e ajustes de campos extra.

4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, em caso de discordância por parte dos SMAS TV quanto aos elementos e valores indicados na (s) fatura (s), devem estes comunicar ao cocontratante, por escrito e no prazo de 15 dias, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária ou, na sua impossibilidade, por envio de cheque.

Cláusula 7.ª

Proteção de dados

1. O(a) adjudicatário(a) obriga-se a, durante a vigência do Contrato e após a sua cessação:

a) Observar, escrupulosamente o regime legal da proteção de dados pessoais, aprovado pelo Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e pela Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, empenhando-se em proceder a todo o tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário ao desenvolvimento do Contrato no estrito e rigoroso cumprimento da Lei;

b) Manter a confidencialidade sobre todos os documentos, dados e informações obtidos em virtude da execução do Contrato, que se refiram aos SMAS TV, aos seus Trabalhadores.

2. Ao(à) adjudicatário(a) cabem as seguintes obrigações:

a) O tratamento dos dados pessoais obedecerá às instruções documentadas do responsável pelo tratamento, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, exceto se for obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso o responsável pelo tratamento desse requisito, antes de proceder a essa transferência, salvo se tal informação for proibida por motivos de interesse público;

b) Garante que as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

c) Adota todas as medidas de segurança do tratamento, de acordo com o que for mais adequado ao caso:

i) a pseudonimização e a cifragem de dados pessoais;

- ii) a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - iii) capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada em caso de incidente físico ou técnico;
 - iv) têm um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento
- d) Apenas contratará outro subcontratante se o Responsável pelo Tratamento o autorizar ou, em caso de autorização prévia, comunicará ao Responsável pelo Tratamento a contratação de um subcontratante que deverá respeitar todas as obrigações de tratamento decorrentes do RGPD e da restante legislação relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais;
- e) Prestará assistência ao responsável pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;
- f) Prestará assistência ao responsável pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de segurança no tratamento, notificação à autoridade de controlo e aos titulares em caso de violação de dados pessoais, avaliação de impacto sobre a proteção de dados e consulta prévia, tal como previstas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD, com as especificidades da Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, tendo em conta a natureza de tratamento e a informação ao dispor do subcontratante;
- g) Dependendo da opção do responsável pelo tratamento, apagará ou devolverá todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionada com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros;
- h) Disponibilizará ao responsável pelo tratamento todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações que impendem sobre o subcontratante e facilita e contribui para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pelo responsável pelo tratamento ou por outro auditor por este mandatado; e
- i) Compromete-se a informar imediatamente o responsável pelo tratamento se considerar que alguma instrução viola o RGPD ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados.

3. O incumprimento destes deveres e a verificação de inexistência de garantias de compliance é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa.

Cláusula 8.ª

Resolução do contrato por parte do contraente público

1. Sem prejuízos de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, e do direito de indemnização nos termos gerais, pode o contraente público resolver o contrato, nos termos do artigo 333.º do CCP, no caso do contratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante notificação enviada ao contratante.

Cláusula 9ª

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções ao contratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever previamente e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador do serviço ou a grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador do serviço de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

- c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador do serviço de normas legais;
 - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador do serviço cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador do serviço não devidas a sabotagem;
 - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

Cláusula 10.ª

Resolução de litígios

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 11.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 12.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos para execução do contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP.

PARTE II

CLÁSULAS TÉCNICAS

Cláusula 13.ª

Descrição dos serviços e transporte

1. Os trabalhos no âmbito do presente procedimento têm como principal objeto, a remoção de lamas, desobstrução e limpeza de coletores e caixas de visita, através de equipamento de sucção e de jato a alta pressão, bem como o transporte dos resíduos para as ETAR's com exploração a cargo das ÁGUAS DO OESTE, localizadas no concelho de Torres Vedras.

2. Para efeito do disposto no número anterior, durante o prazo de vigência do contrato, o prestador do serviço deverá efetuar o transporte dos resíduos, no âmbito dos requisitos exigidos pelo regime jurídico do transporte de mercadorias, por conta de outrem.

3. Por cada transporte, ou no caso de vários transportes no mesmo dia, deverá ser entregue uma cópia da respetiva guia de transporte.

Cláusula 14.ª

Local e horário para despejo dos resíduos

1. Os despejos a efetuar durante o ano de 2021 nas ETAR's a seguir indicadas, deverão obedecer aos seguintes requisitos:

- a) A origem do efluente ser exclusivamente da remoção de lamas, desobstrução e limpeza dos coletores e caixas de visita;

b) O caudal máximo diário de efluentes não deverá ser superior a 2% do caudal médio diário que a ETAR esteja a receber em tempo seco, tais como:

ETAR	HORÁRIO	CAPACIDADE DESPEJO/DIA
Torres Vedras Contacto: Filipe Pereira Tlm:939166115	2ª a 6ª feira das 8h00 às 17h00	87 m3/dia)
Santa Cruz Contacto: Filipe Pereira Tlm:939166115	2ª a 6ª feira das 8h00 às 17h00	65 m3/dia)

c) A carga de CBO₅ provenientes dos despejos não deverá ultrapassar os 20% da carga de CBO₅ do afluente “normal” que a ETAR esteja a receber;

d) As características do efluente dos despejos não poderão conter inibidores biológicos.

2. Qualquer ajuste pontual no horário para despejo dos resíduos, deverá ser acordado entre o adjudicatário e a entidade responsável pelas ETAR´s (Águas do Oeste, S.A.).